

A “HIPERCORREÇÃO” PRODUZIDA EM DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITO E O DESEJO DE PERTENCIMENTO AO GRUPO DOS QUE “SABEM FALAR/ESCREVER”

Elizete Beatriz AZAMBUJA¹

RESUMO: Neste artigo, trato de alguns pontos da discussão que desenvolvo na pesquisa de doutorado, em que, sustentando-me na teoria da Análise de Discurso, objetivo estudar a relação sujeito/língua, a partir de enunciados que apresentam fatos de “hipercorreção”. Nesse sentido, procuro demarcar a diferença entre a abordagem dessa noção na sociolinguística e a produzida na perspectiva discursiva. O *corpus* está formado heterogeneamente por textos orais e escritos constituídos, em condições de produção distintas, por diferentes sujeitos, nos estados de Goiás e de Mato Grosso. Os enunciados orais são de alunos e professores universitários, bem como de vereadores. Os escritos são de reeducandos de uma unidade prisional, assim como de alunos egressos de um determinado curso de especialização. A análise realizada é uma possibilidade de refletir sobre o imaginário de língua “correta” construído sócio-histórica e ideologicamente.

Palavras-chave: “hipercorreção”, imaginário, língua “correta”, ideologia.

RÉSUMÉ: Cet article traite de quelques points de discussion que je développe dans la recherche de doctorat, dans lequel, me soutenir en la théorie de l'analyse du discours, l'objectif d'étudier la relation le sujet/la langue, à partir des déclarations que les faits présents "surcorrection". En ce sens, je cherche à délimiter la différence entre l'approche de cette notion dans la sociolinguistique et produits dans la perspective de discours. Le *corpus* est constitué hétérogène par des textes oraux et écrits constitué dans différentes conditions de production pour des sujets différents dans les États de Goiás et du Mato Grosso. Les déclarations orales sont des étudiants et professeurs universitaires, ainsi que des conseillers, et les déclarations écrites sont de les détenus d'une prison, ainsi que des étudiants d'un cours de spécialisation particulière. L'analyse est une occasion de réfléchir sur l'imaginaire de la langue «correcte» construits socio-historiquement et idéologiquement.

Mots-clés: "surcorrection", la langue "correcte", l'imaginaire, l'idéologie.

1. Reflexões introdutórias

No espaço de pesquisa do doutorado que está em andamento, discuto alguns pontos que concernem à relação sujeito/língua, a partir de enunciados constituídos por fatos de “hipercorreção”, sustentando-me na teoria da Análise de Discurso.

De partida, chamo a atenção ao uso das aspas na palavra “hipercorreção”, a fim de demarcar a diferença entre essa noção enquanto objeto de reflexão na Sociolinguística, e essa mesma noção vista pela perspectiva discursiva.

Para a tese como um todo, o *corpus* que está sendo construído de forma heterogênea, pois tomo para análise diferentes textos orais e escritos que constituem nossa sociedade. Assim, entre outros textos fazem parte do material que ainda estou organizando para a análise

¹ Aluna do Doutorado Interinstitucional em Linguística (Unicamp/Capes/Unemat), orientanda da Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi, e professora de linguística da Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de São Luís de Montes Belos/GO, atualmente em licença para qualificação.

alguns que circulam na internet, placas e cartazes de estabelecimentos comerciais, escolares, governamentais como outros textos fazem parte do material que já iniciei.

Para o presente artigo, optei em fazer um recorte nesse material e discutir fatos de “hipercorreção”, detendo-me em alguns enunciados que constituem textos orais coletados durante reuniões na universidade e sessões ordinárias na Câmara Municipal de diferentes municípios: Luciara e Cáceres, no Mato Grosso, e em São Luís de Montes Belos, em Goiás. Tomo também alguns enunciados recortados de textos escritos são recortes de uma avaliação de um determinado projeto de extensão desenvolvido na unidade prisional de São Luís de Montes Belos/GO, autoavaliações produzidas por alunos de um determinado curso de especialização cujos participantes são alunos egressos de diferentes cursos: Letras, Geografia, História, Biologia;

Nesse ponto, apresento a definição de “hipercorreção” que consta no *Dicionário de Lingüística*, em que se pode observar como a distribuição política das línguas é tratada como “natural”, reafirmando o ideal de língua “correta” e trazendo a imagem de um sujeito que tem domínio do seu dizer. Vejamos:

Correção ‘acima do nível da linguagem urbana’. Fenômeno lingüístico que consiste na busca excessiva de correção – na fonética, na acentuação, no uso de termos -, que acaba por levar a pronúncias e a usos incorretos, por temor de incidir em erros populares. É do domínio da sociolingüística, freqüente em casos de pessoas que ascendem a uma nova classe social, por motivos sócio-econômicos (mudança para a cidade, casamento com pessoa de outra classe, enriquecimento, etc.). (DUBOIS et al., 1993, p. 323-4). (grifos dos autores).

Enfatizo que, na perspectiva do discurso, não se trata de um sujeito consciente do enunciado que produz. Nesse sentido, penso na hipercorreção como uma marca formal da relação que o sujeito tem com a própria língua, construída ideologicamente.

Também é preciso salientar que nós, inscritos na análise de discurso, diferentemente dos autores da definição acima, não tratamos a “hipercorreção” como “erro”, mas como equívoco, como materialidade da relação entre língua com a historicidade. Nas palavras de Gadet e Pêcheux, o equívoco “é o ponto em que a língua atinge a história”. (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 64).

Como afirmei em outros espaços (AZAMBUJA, 2008), é relevante lembrar que a reflexão que desenvolvo tem como base o fato de que “falar é uma prática política, no sentido largo do político, quando se consideram as relações históricas e sociais do poder, sempre inscritas na linguagem”. (ORLANDI, 2002, p. 95).

Considerando o que foi exposto até aqui, penso que fazer um estudo sobre a “hipercorreção” numa perspectiva discursiva contribui, efetivamente, para melhor compreender os aspectos político-ideológicos que constituem a relação do sujeito com a língua.

2. Para a compreensão da proposta de estudo em desenvolvimento: algumas considerações sobre a teoria Análise de Discurso

Nessa discussão, é fundamental lembrar Pêcheux (1997, p. 82-87) quando afirma que há um jogo de formações imaginárias que preside todo discurso, visto que considero que as imagens que o sujeito tem de si mesmo, do outro, da imagem que esse outro tem dele, assim como a imagem do próprio referente, no caso, a língua, constituem o processo de produção de enunciados com “hipercorreção”.

A “hipercorreção”, conforme Cox (2004, p. 136), “nada mais é do que o desejo de se apropriar das formas lingüísticas que valem mais no mercado de bens simbólicos”. Na perspectiva em que me inscrevo, esse “desejo” não é do conhecimento do sujeito, já que se constitui ideologicamente: “*todos*” querem falar e escrever “certo”, da “melhor” forma possível. Para isso, traz à tona o imaginário das formas linguísticas hegemônicas construídas nas suas experiências, nas suas práticas linguísticas nos espaços formais de enunciação.

Nesta reflexão, vale lembrar o modo como a Análise de Discurso trata a questão da língua. Conforme Orlandi (2001, p.15), essa teoria “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.” (ORLANDI, 2001, p.15).

Assim, a língua é tomada como condição de base dos processos discursivos. E o discurso não é apenas veículo de comunicação, de informação e de expressão, mas funciona pela constituição da subjetividade, dos da produção mesma dos sentidos, como argumentação, etc., processos identitários. Além disso, consideramos que a relação da língua com a sociedade não é de correlação, mas de constituição. A língua é um fato social. Como dizia Saussure, “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto

de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 1969, p.17).

Continuando, é necessário lembrar que, por um lado, “não se trabalha com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto.” Por outro lado, tampouco se trabalha com “a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam”. (ORLANDI, 2001, p. 16). Sendo assim, nesse lugar teórico temos uma relação de constituição, em que não se dissociam *língua, sujeito, história, sociedade*.

Para essa reflexão, também importa a distinção que Orlandi (2009, p. 18) constrói quando discute sobre a língua na perspectiva discursiva, fazendo a distinção entre duas formas: a *língua imaginária* e a *fluida*. A primeira trata da “língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações [...] a língua gramatical” (*op.cit.*, p. 18). A segunda forma distinta de língua é a fluida: “a que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição dos sentidos, nas condições de produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente.” (*ibidem*). A autora afirma que quando trabalhamos com a língua em funcionamento trabalhamos “com esta relação tensa e contraditória entre a língua fluida/língua imaginária”. (ORLANDI, 2009, p. 19). Isso porque, “não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos”. (*op.cit.*, p.18.).

Ressalto que, na perspectiva discursiva, não basta reconhecer o fato de os falantes serem de uma determinada região ou classe social. Desse modo, a noção de comunidade linguística para nós não é tomada da mesma maneira como para a sociolinguística. Isso porque lidamos com outras noções teóricas, como a de ideologia, por exemplo. Nesse sentido, o que nos interessa é saber como a ideologia vai fazer significar o fato de pertencer a uma região ou classe social. Portanto, o que é relevante é o imaginário constituído sobre essas determinações de região ou classe.

Para compreendermos melhor o funcionamento da “hipercorreção”, pensamos que a noção de ideologia, seja importante, visto ser básica para o entendimento do processo de constituição de todo e qualquer discurso. Parafraseando Orlandi (2001, p.45-50), a ideologia, na perspectiva em que nos inscrevemos, é interpretação do sentido em uma direção. Há uma injunção a determinada interpretação que sempre se apresenta como sendo a interpretação. O sentido aparece como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação. Para Pêcheux (1995, p. 162), é o funcionamento da ideologia

em geral que interpela os indivíduos em sujeitos de seu discurso e “fornece a ‘cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistemas de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas”.

A inquestionabilidade dos sentidos relacionados à “correção” da língua que são produzidos em nossa sociedade constitui-se pelo funcionamento ideológico. Nesse ponto, vale lembrar que a filiação a uma teoria como a Análise de Discurso possibilita um olhar de estranhamento àquilo que é tratado como natural, evidente. Lê-se/ouve-se, muitas e repetidas vezes, que “é evidente que alguns falam ‘certo’ e outros ‘errado”, que tem aqueles que “não sabem falar”. É possível observar, no nosso cotidiano, a hierarquização que se (re)produz ao conceber as práticas linguísticas em nossa sociedade. O que é considerado “língua” é o “registro formal” das pessoas escolarizadas. Consequentemente, constitui-se o modo repressivo de tratar os sujeitos que se expressam com “as línguas coloquiais de pessoas não escolarizadas” (GUIMARÃES, s/d, p.6).

3. Pontos sobre fatos de “hipercorreção” produzidos por sujeitos em diferentes posições discursivas

Para discutir a “hipercorreção”, na perspectiva discursiva, partimos de uma afirmação produzida por Moreno (2004). Ele argumenta que “[...]não é qualquer pessoa que comete erros de **hipercorreção**; paradoxalmente, eles só atacam os falantes que têm certo grau de estudo, preocupados honestamente com o correto uso do idioma.” (grifo do autor).

Basta observarmos os fatos linguísticos de “hipercorreção” produzidos em diferentes posições-sujeito no quadro abaixo para dizer que o nosso ponto de vista é diferente do apresentado por esse autor. Isso porque percebemos que tanto aqueles que tiveram pouco acesso à escolarização como alguns vereadores e a maioria dos reeducandos assim como outros que ocupam a posição-sujeito escolarizado como professores universitários e alunos de pós-graduação produzem “hipercorreções”. Relacionamos isso com o fato de que os sujeitos, embora ocupem posições distintas buscam reproduzir os traços linguísticos legitimados como “os corretos”, considerando a imagem que têm de si mesmos, a imagem da imagem que seu interlocutor tem dele, assim como a imagem que têm do referente, no caso, a língua. Assim, o funcionamento da “hipercorreção” é um vestígio de que aquela língua que eles tentam falar

não é propriamente “a deles”. Ou pelo menos, que não se tem um domínio total das regras que regem essa língua.

Exemplos de fatos de “hipercorreção”: equívocos produzidos em diferentes posição-sujeito considerando o acesso à escrita:	
Menor acesso	Maior acesso
<p>Enclise: “[...] por favor, não se enganem-se que este projeto possa ser votado ainda nesse ano, porque já vem o período eleitoral.” (enunciado oral de vereador na tribuna; ensino fundamental)</p>	<p>“[...] então, morre-se o rico” (palestrante graduada em pedagogia narra a parábola do mau rico, em uma reunião religiosa)</p>
<p>Troca de vogais: “veijo que isso não e so um simplis artesanato mas também um palco de calor homano [...]” (enunciado escrito por reeducando; ensino fundamental incompleto)</p>	<p>“isso é consequência do previlégio dos senadores”. (professora universitária. comentando sobre a corrupção)</p>
<p>Concordância nominal: “[...] cada vereador dispõe de cinco minutos.”; “nós somo noves colegas aqui de trabalho [...]” (enunciado oral de vereador de um município goiano, em pronunciamento na Câmara Municipal; ensino fundamental)</p>	<p>Concordância verbal: “Não tinham quem ajudassem na colheita. Não achava quem comprassem [...]” (enunciado escrito de aluno de pós-graduação) “O estudo desenvolvido com a comunidade karajá da aldeia krehawã no município de Luciara-MT, revelaram informações importantes sobre a fauna medicinal [...]” (enunciado escrito por aluno de pós-graduação)</p>
<p>Ditongação: “veijo que isso não e so um simplis artesanato.” (enunciado escrito por reeducando da Unidade Prisional; ensino fundamental incompleto)</p>	<p>Uso das expressões: “vir ao encontro” e “vir de encontro”: “Foi pensando em atender as mães carentes da cidade através de trabalhos produzidos por elas que viesssem de encontro às suas necessidades básicas [...]” (enunciado escrito por aluno de pós-graduação) “[...] o que vai de encontro com aquilo que Pêcheux diz em relação às condições de produção” (enunciado oral, de graduanda em Letras, na apresentação da monografia de final de curso)</p>

Os casos de “hipercorreção” que observamos acima foram produzidos por sujeitos em diferentes posições-sujeito.

É curioso perceber que há fatos que são recorrentes tanto nos enunciados dos sujeitos que tiveram maior acesso à escolarização, conseqüentemente maior acesso à escrita, quanto os produzidos por aqueles que tiveram menor acesso à escrita. Lembrando que o modelo de “correção” de língua está relacionado à escrita que demarca diferenças em nossa sociedade.

Em relação à universalização do acesso à escrita, Pagotto afirma que “ao universalizar a língua, submetem-se *todos* os falantes ao processo normativo. *Todos* passam,

então, a ter que responder pela língua que falam e pela língua que escrevem”. (PAGOTTO, 2007, p. 36). (grifos meus).

3.1 Chamando a atenção para alguns dos fatos de “hipercorreção”

Há um imaginário de “correção” de língua, constituído por traços linguísticos que constituem o falar popular em contraposição a traços que caracterizam a norma.

Em relação às “hipercorreções” que constituem os enunciados citados, chamo a atenção, primeiramente, para a produção da *ênclise*. Em relação à tal possibilidade de colocação pronominal, Leite (2008) cita o “emprego de pronomes oblíquos na função de objeto, com reduzido uso de pronome reto”, no quadro em que apresenta características linguísticas da “norma culta”. Como no Brasil o mais comum é o uso de pronomes em posição proclítica, observa-se que quando um falante se constitui pelo desejo ideológico de pertencer ao grupo que “fala/escreve bem” recorre ao uso da *ênclise*. O imaginário de “correção” de língua produz a colocação do pronome numa posição diferente daquela em que comumente se coloca, além da duplicação, em alguns casos.

Outro fato de “hipercorreção” que merece comentário é a troca de vogais causada pela generalização na colocação de vogais médio-altas. É possível afirmar que como o imaginário de “correção” de língua se sustenta no modelo da escrita e as vogais altas, frequentemente, são produzidas durante a pronúncia, logo “deverão ser evitadas” [po’litiko>pu’litiku]; [menina>minina].

Outro ponto que chamamos a atenção dentre os fatos de “hipercorreção” citados são os equívocos relacionados tanto à concordância nominal quanto à verbal. Sabe-se que há uma enorme busca por parte de falantes de nossa sociedade em fazer esse tipo de concordância. O uso do plural é um traço que se constitui como característica do falar “correto”. Em contrapartida a esse falar, Leite (2008, p. 107-108) afirma que no falar popular “[...] algumas marcas são prototípicas e a caracterizam, como a economia de plural no substantivo em sintagmas nominais e verbais”.

Considerando o mecanismo de antecipação, noção que constitui a teoria Análise de Discurso, o sujeito antecipa o que seu interlocutor irá pensar ao seu respeito e organiza seus enunciados sustentado nesse mecanismo. Como não quer ser visto como aquele que fala/escreve como o povo, já que numa perspectiva bastante recorrente e preconceituosa em nossa sociedade “o povo é formado por pessoas que não sabem falar/escrever”, é pouco comum encontrar-se falhas de concordância nominal em textos de alunos, por exemplo. Muitas das falhas de concordância existentes devem-se ao fato de os falantes

“hipercorrigirem” os seus enunciados. Colocam no plural, mesmo quando, conforme à norma, seja necessário um nome no singular.

Outra forma de “hipercorreção” se constitui pelo equívoco no uso das expressões “vir ao encontro” e “vir de encontro”. Geralmente, quando se quer expressar que alguma coisa comunga com outra, coloca-se a preposição “de”. Sob um olhar normativista, essa troca acarretaria no sentido de “choque”. No entanto, as condições de produção de tal enunciado não deixam margem para dúvidas: buscava-se dizer que algo ia “ao encontro de”. Como funcionamento da “hipercorreção”, vale lembrar que essas expressões não são comuns nos falares de pessoas com menor nível de escolaridade. Sendo assim, no imaginário que circula em nossa sociedade, produzir um enunciado constituído por tais expressões significa se colocar no lugar “dos que sabem falar, dos que falam bonito”.

Conforme Cox (2004, p. 136), a “hipercorreção” “nada mais é do que o desejo de se apropriar das formas lingüísticas que valem mais no mercado de bens simbólicos.” É preciso dizer que, na perspectiva em que nos inscrevemos, esse “desejo” não é do conhecimento do sujeito, já que se constitui ideologicamente: “*todos*” querem falar e escrever “certo”, da “melhor” forma possível. Para isso, traz à tona o imaginário das formas lingüísticas hegemônicas que construíram nas suas experiências, nas suas práticas lingüísticas nos espaços formais de enunciação.

Vale lembrar o modo como os falantes que produzem “hipercorreção” põem em funcionamento a língua, como a “experimentam”, como se relacionam com a língua nacional que, retomando Guimarães (2007, p. 64), dá a seus falantes uma relação de pertencimento ao povo brasileiro. Podemos dizer que é necessário pensar na produção desse fato lingüístico como uma marca do desejo dos falantes de pertencerem a um grupo considerado como sendo o grupo que “sabe falar”, mas como dissemos é necessário enfatizar que o desejo é constituído ideologicamente.

É possível afirmar que os fatos de “hipercorreção” são resultantes do acesso à norma valorizada em nossa sociedade que os falantes envolvidos tiveram. Se, por um lado, esse acesso foi suficiente para que construíssem uma imagem de “correção” da língua, por outro, o acesso que tiveram a práticas lingüísticas constituídas pela norma foi insuficiente, pois não garantiu que apreendessem o funcionamento dos traços lingüísticos considerados de prestígio, ocasionando o equívoco na constituição dos enunciados.

Dito de outro modo, as “hipercorreções” produzidas indicam o modo como esses sujeitos foram *insuficientemente* afetados pelo discurso da escrita, já que o grupo de origem desses falantes tem uma escolaridade mínima. Não fazem parte do grupo que já está na escola

desde sempre. Sendo assim, para esse grupo não há uma equivalência entre “língua materna” e “língua nacional”. Para quem é novo na escola é necessário adequar sua língua materna para “poder estar no lugar correto do bem dizer, da língua nacional”. (PFEIFFER, s/d, p. 14).

Essa vontade dos sujeitos “arrumarem” a língua diante do olhar do outro é consequência da preocupação com o falar “correto” e, a nosso ver, isso é que faz com que produzam o fenômeno “hipercorreção”. Ou seja, o fato linguístico “hipercorreção” se faz presente nas falas das pessoas como consequência de nossa sociedade ser constituída pelo preconceito linguístico que é um preconceito contra o próprio sujeito. Essa censura que vem junto com a normatividade atinge as possibilidades do sujeito se significar, atinge o sujeito como um todo, pois, como dissemos, não se separam *sujeito e linguagem*.

4. À guisa de um fecho...

Os elementos que foram levantados até o momento da pesquisa foram suficientes para poder dizer que as categorias instauradas pela teoria sociolinguística, como faixa etária, nível de escolaridade, gênero, entre outros aspectos, não são suficientes para compreendermos a produção da “hipercorreção”, visto que é possível observar diferentes tipos desse fato linguístico em enunciados produzidos por falantes que ocupam posições-sujeito distintas, em diferentes condições de produção. Além disso, ressaltamos que para a análise de discurso o social não se restringe a traços empíricos, sociológicos. Orlandi (2007, p. 30) argumenta que nessa perspectiva são consideradas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso.

Conforme enfatizamos no início deste texto, um dos objetivos que temos com o trabalho ainda em andamento é a proposta de um deslocamento teórico da noção de “hipercorreção” e, no ponto em que estamos em nossas reflexões, podemos dizer que, na perspectiva da análise de discurso, a “hipercorreção” é uma materialidade lingüístico-discursiva que acontece porque há uma normatividade, um imaginário de “correção” de língua construído. Dito de outro modo, há uma injunção de “uma forma correta” da língua que constitui o desejo do falante de se expressar “corretamente”. Além disso, por ora é possível dizer que essa noção é um gesto de interpretação, um ato simbólico porque se trata de uma relação do sujeito com a língua de algum lugar da história e com uma certa direção. Ou seja, aponta para o funcionamento ideológico e para a relação constitutiva entre língua e a historicidade posta na relação do sujeito com a língua.

Para dar um fecho a este texto, resalto que esse percurso teórico-analítico que percorro é uma forma para compreender melhor questões relacionadas ao funcionamento das relações de poder que constituem a relação sujeito/língua em nossa sociedade. Nessa perspectiva, penso na possibilidade de se ter condições para interferir no imaginário social. Para isso é preciso levar-se em consideração a necessidade de historicizar as questões em relação à língua e desconstruir o seu sentido de evidência, conforme afirmam Orlandi, Payer e Silva (2007, pp. 61; 122 e 159, respectivamente).

5. Referências bibliográficas

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- AZAMBUJA, E. B. A relação sujeito/língua dividida, na produção da “hipercorreção”. In: ÍCONE - Revista de Letras, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 88-104. Publicado em jul/2008. Disponível em <http://www.slmb.ueg.br/iconeletras>
- COX, M.I.P. Pedagogias da língua: muito siso e pouco riso. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 63, maio/agosto, 2004, p. 135-148.
- DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. A Língua do Estado e as Línguas do Povo: diversidade, civilização e cultura. IEL/LABEUB:UNICAMP, mimeo, s/d.
- _____. Política de línguas na linguística brasileira: da abertura dos Cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- LEITE, M.Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORENO, C. **O prazer das palavras**. Porto Alegre, RS: Zero Hora, 2004.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. **A língua brasileira e outras histórias:** discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PAYER, M. O. Processos de identificação sujeito/língua. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Política Linguística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PAGOTTO, E.G. O linguista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Política Linguística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia Mariani [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PFEIFFER, C.C. Saber escolarizado – espaço de institucionalização da língua. A Língua do Estado e as Línguas do Povo: diversidade, civilização e cultura. IEL/LABEUB:UNICAMP, sd.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1969.

SILVA, M.V. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Política Linguística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.